

AMPB NOTÍCIAS

Informativo da Associação dos Magistrados da Paraíba • Ano 11 • N.º 113 • Mar./Abr. 2011 www.ampb.org.br @AMPB_magistrado Facebook: AMPB Magistrados

justica justica



XVII ENCONTRO DE MAGISTRADOS PARAIBANOS

Modernização e Humanização da Justiça:
Novas Tecnologias e Reformas do Sistema Judicial Brasileiro

02,03 e 04 de junho de 2011

Campina Grande PB
Garden Hotel



AMPB
Associação dos Magistrados da Paraíba

Encontro de Magistrados

Em sua 17ª edição, o evento levará a magistratura paraibana a focar suas discussões em torno da humanização e modernização da Justiça, através da troca de experiências com palestrantes bem conceituados em todo o país.

Pág. 06 e 07

Reunião com o governador

Pág. 03

Correção dos subsídios

Pág. 05

Resolução merecimento

Pág. 09

EDITORIAL

Caros (as) colegas,

Mais uma vez a AMPB está nos preparativos de nosso encontro anual. É uma satisfação organizar a programação científica e social do evento. Nossa maior objetivo é oferecer uma oportunidade de atualização aos nossos associados. Porém, não podemos deixar de reconhecer que o Encontro de Magistrados Paraibanos deve, sobretudo, aproximar mais os colegas, tanto através de discussões quanto de atividades sociais que valorizem o fortalecimento e união de nossa categoria.

Por isso caprichamos na organização da 17ª edição. Decidimos desenvolver as discussões em torno de dois temas que estão norteados o meu jurídico

na atualidade, a modernização e a humanização dos serviços da Justiça. Dentro desse panorama, as palestras abordarão o Direito Penal, Direito Civil, Infância e Juventude e Processo Judicial Eletrônico.

Entre os palestrantes, grandes nomes como o de Wálter Faganielo - Desembargador do TJSP; Bruno Dantas - Conselheiro do CNMP; Marivaldo de Araújo - auxiliar da presidência do CNJ; Gustavo Batista - Mestre em Direito e Professor da UFPIB e João Batista Saraiva - juiz no Rio Grande do Sul e conferencista conhecido em todo o país sobre o tema Direitos da Infância e Juventude.

Como o evento será realizado em Campina Grande, fato que amplia a expectativa de repetirmos o sucesso do ano 2010, aproveitaremos o clima da cidade para a realização de nosso festejo

junino. Um jantar dançante será oferecido aos nossos associados e convidados no dia 03 de junho, no Clube Campestre. As atrações musicais vão garantir o autêntico forró para animar o arrasta pé: Os Três do Nordeste e Aleijadinho de Pombal. Além disso, o encerramento do Encontro, dia 04 de junho, será um churrasco com show de Biliu de Campina.

Espero, portanto, que os (as) colegas estejam em Campina Grande, nos dias 2, 3 e 4 de junho, para conferir mais este grande evento, que vem se consolidando anualmente como um momento de congregamento para nossa categoria! Até lá!

A sua disposição,
Juiz Antônio Silveira
Presidente da AMPB

PAE

Nova relação vai possibilitar restituição do IRPF

O Tribunal de Justiça da Paraíba enviou à Receita Federal, no último dia 04 de maio, nova relação dos pagamentos da PAE, para que a alíquota de 27,5% em cima dos valores pagos passe a ser de 7%, possibilitando aos magistrados eventual restituição do Imposto de Renda. A ampliação da alíquota se deu através de Instrução Normativa nº 1.127 da Receita Federal, editada em 07 de fevereiro de 2011.

O TJ também vai disponibilizar para

todos os magistrados, da ativa e aposentados, um novo comprovante de vencimentos, a fim de possibilitar a retificação da declaração do IRPF. A AMPB está acompanhando diariamente as previdências do TJPB e informará imediatamente os associados quando forem disponibilizados os novos comprovantes de rendimento. A Associação também já solicitou ao TJPB que os próximos pagamentos da PAE sejam realizados fora do contracheque, com vistas a evitar tributação com alíquotas indevidas.

O comprovante distribuído pelo TJPB no inicio de 2011 incluía os valores recebidos da PAE no campo rendimentos, junto com subsídios. Devido a este fato, o Tribunal e a Receita Federal orientaram os magistrados a declararem os valores da PAE junto com os rendimentos, mas a nova relação entregue pelo TJ à Receita possibilitará a correção da declaração do IRPF.

Expediente

- BÉNIO: 2010/2012:
- DIRETÓRIA EXECUTIVA: Presidente Juiz Antônio Silveira Neto • Vice-presidente: Juiz Marcos Cícero de Souza • 1º Secretário: Juiz Leandro Soárez • 2º秘ario: Juiz Frederico Oliveira • 3º秘ario: Juiz Renato Pacheco • 4º秘ario: Juiz Sérgio Augusto Góes • 5º秘ario: Juiz Cláudio José da Costa • 6º秘ario: Juiz Francisco Alves • 7º秘ario: Juiz Cássio Júnior Gonçalves Viana • 8º秘ario: Juiz Thales Machado Correia Rodrigues • SUPLENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO: 1º Membro: Juiz Júlio Cesar Martins Lima Lobo • 2º Membro: Juiz José Guilherme Gomes de Lacerda • 3º Membro: Juiz Edson Medeiros Silva • 4º Membro: Juiz Maramai Maria Andrade • 5º Membro: Juiz Wagner Azevedo • 6º Membro: Juiz Fernando Henrique Alves • 7º Membro: Juiz Ricardo Pedroso • 8º Membro: Juiz Thales José da Conceição Araújo • 9º Membro: Juiz Francisco Alves Costa • 10º Membro: Juiz Ana Maria da Saccoccia N. L. Ferreira • DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO: Juiz Leonel Souza de Paiva Oliveira • 11º Membro: Juiz Márcio Pacheco • DIRETOR DA DIREÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA: Juiz André Luiz Vaz • DIRETOR DA DIREÇÃO DE HOMENAGENS: Juiz Cláudio José da Costa • 12º Membro: Juiz Ana Lucia dos Reis • 13º Membro: Juiz Cláudia Boaventura • 14º Membro: Juiz Leonel Souza de Paiva Oliveira • 15º Membro: Juiz Maramai Maria Andrade.

Decreto-lei (de utilidade pública geral) Lei nº 2.750, de 25 de janeiro de 1962, publicada no DOF em 19/6/62.

02

- Home page: www.ampb.org.br
- Twitter: @AMPB_magistrada
- Facebook: AMPB Magistrada
- Presidente: Juiz Antônio Silveira Neto
- Conselheiro: Juiz Leonel Soárez
- Conselheiro: Juiz Cláudio José da Costa
- Conselheiro: Juiz Cássio Júnior Gonçalves Viana
- Conselheiro: Juiz Thales Machado Correia Rodrigues
- Conselheiro: Juiz Ricardo Pedroso
- Conselheiro: Juiz Leonel Souza de Paiva Oliveira
- Conselheiro: Juiz Maramai Maria Andrade

Av. João Ribeiro, nº 320 Centro, João Pessoa - PB, 50010-000 | Fone: (83) 3236-1318

REUNIÃO

Em audiência com o governador, AMPB trata de recursos e segurança para o Judiciário

No sentido de garantir segurança e recursos para o Poder Judiciário, a diretoria da Associação dos Magistrados da Paraíba participou de audiência com o governador do Estado, Ricardo Coutinho, no dia 28 de abril, no Palácio do Governo. A AMPB solicitou mais segurança para os fóruns do Estado e reforçou a necessidade de recursos financeiros para a implantação da nova Loja. Ricardo Coutinho foi bem receptivo às solicitações dos magistrados.

Os representantes da AMPB entregaram um ofício ao governador, solicitando que seja determinada à Secretaria de Segurança e Defesa Social, a viabilização de um plano operacional de segurança para todos os fóruns da Paraíba, com orientação para que os Comandos de Batalhões, Companhias e Pelotões da Polícia Militar, situados na área territorial e jurisdicional de cada comarca, escalem policial militar nos expedientes forenses dos respectivos fóruns, sem prejuízo da operacionalidade do militar na sua unidade de origem.

O juiz Antônio Silveira, presidente da AMPB, frisou que é preciso oferecer segurança tanto aos magistrados quanto aos cidadãos que são usuários da justiça. "Os juizes são peça essencial no combate à criminalidade, são responsáveis pelas condenações, pelo combate ao crime organizado, portanto, precisam de proteção para que possam cumprir com rigor a lei para", lembrou o magistrado.

O governador reconheceu o problema e afirmou que vai tomar providências para解决-lo. Ricardo Coutinho comenzou ainda a ideia de criar uma guarda militar de reserva, para inuar a proteção patrimonial. Segundo Ricardo a previsão é de que a guarda passe a funcionar já partir deste mês de maio.

Silveira revelou que o Secretário de Segurança e da Defesa Social do Estado, Cláudio Lima, recebeu a Comissão de Segurança do Poder Judiciário da Paraíba, sendo muito receptivo e declarando que aguardaria o encaminhamento das sugestões da comissão para se aprofundar na questão da segurança nos fóruns do Estado. A comissão do TJPB foi instituída em cumprimento à Resolução nº 104 do CNJ, sendo presidida pelo desembargador Júlio Benedito da Silva e composta pelos juizes Antônio Silveira e Carlos Martins Beltrão Filho.

Já em relação ao repasse do duodécimo, os representantes da AMPB reforçaram a



Ricardo Coutinho foi receptivo às sugestões da AMPB

preocupação da classe com o valor que vem sendo repassado pelo governo, uma vez que os recursos não são suficientes para a implementação das mecanismos de modernização e ampliação dos serviços judiciais necessários e previstos na Lei.

O governador Ricardo Coutinho reconheceu a necessidade da implantação dessas mudanças e revelou que a intenção do Executivo é atingir o percentual previsto no orçamento 2011, ou seja, um repasse referente a taxa de 6,95% sobre a receita. Todavia, Ricardo ressaltou mais uma vez a situação de dificuldade financeira do Estado e que pretende restabelecer o equilíbrio.

A AMPB aproveitou a oportunidade para falar da necessidade de participação do Judiciário na definição do orçamento de 2012. Ricardo afirmou que a ideia é discutir os valores com base no orçamento de 2009, aplicando os indicadores de repasse para 2012.

Também participaram da audiência com o governador o desembargador Romero Marcelo e os juizes Marcos Sales, Siveraldo Torres e Lilia Crisiari de Freitas.

Os magistrados aproveitaram a oportunidade para convidar o governador do estado para a solenidade de abertura do XVII Encontro de Magistrados Paraibanos, a ocorrer no próximo dia 02 de junho. Ricardo Coutinho elogiou o tema do evento e se comprometeu em verificar sua agenda para possível comparecimento.

PREOCUPAÇÃO

Apelo por segurança também é enviado ao TJPB

através de ofício (protocolo nº 293.366-7, de 28/03/11) encaminhado ao presidente do TJPB, des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos, a AMPB solicita ao Tribunal a adoção de medidas que visem reduzir a fragilidade do sistema de segurança de magistrados, servidores e usuários dos fóruns da Paraíba.

A AMPB citou diversos incidentes que constataram a precariedade da segurança nos fóruns, pondo em risco a integridade física daqueles que o frequentam, e, em especial a dos magistrados, reiterando pedidos já realizados nos processos administrativos nº 278.069-1, nº 248.858-2 e nº 239.578-9, todos relativos à segurança nos fóruns.

A sujeição de magistrados, servidores e jurisdicionados a situações de perigo levaram o Conselho Nacional de Justiça a editar a Resolução nº 104, de 06 de abril de 2010, a fim de estabelecer medidas administrativas para a segurança do Poder Judiciário nos âmbitos federal e estadual, além da criação do Fundo Nacional de Segurança. A resolução impõe a adoção de uma política de segurança por meio de uma série de medidas a serem adotadas no prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação da resolução.

ORÇAMENTO

AMPB cobra acompanhamento da evolução da Receita e Despesa do Estado

Através de ofício encaminhado no último dia 17 de março, ao diretor de Economia e Finanças do TJPB, Mário Alrton Vilar de Carvalho, a Associação dos Magistrados da Paraíba solicitou que, na qualidade de membro da comissão permanente de orçamento do TJPB, e tendo em vista a redução do repasse do duodécimo pelo Poder Público Estadual, o diretor realizasse o acompanhamento permanente da evolução da receita e das despesas do Estado, a fim de garantir o adequado funcionamento do Poder Judiciário com os recursos financeiros garantidos pela Constituição Federal.

HONORÁRIOS**AMPB defende resolução que beneficia público do Judiciário**

A Associação dos Magistrados da Paraíba voltou a pleitear, em ofício encaminhado ao TJPB, a destinação de recursos orçamentários do Fundo Especial do Poder Judiciário para o pagamento de honorários periciais, nos casos de concessão do benefício da assistência jurídica gratuita.

Existe uma resolução, proposta pelo gabinete dos juizes auxiliares da presidência do TJPB, que regula a matéria do pagamento de honorários e peritos, tradutores, intérpretes e defensores das causas em casos de assistência judiciária gratuita. Contudo, a mencionada resolução ainda espera trâmites burocráticos para a sua aprovação, o que já se dá há muito tempo, retardando a solução de conflitos que esperam pela produção de provas periciais.

“Desde maio do último ano, a AMPB, preocupada com o atrasamento que a produção da prova pericial tem causado aos processos, principalmente no tocante aos seus custos, pleita a destinação de recursos orçamentários, mediante rubrica própria, do Poder Judiciário, para o pagamento de honorários periciais, sempre

que à parte sujeito for concedido o benefício da assistência jurídica gratuita”, lembra Antônio Silveira, representante da magistratura paraibana.

O TJPB formulou consulta ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (nº 03544/10), a fim de verificar a possibilidade de utilizar o Fundo Especial do Poder Judiciário para o projeto pela AMPB. A Associação, por sua vez, encaminhou manifestação ao TCE, apresentando subsídios adicionais aos Conselheiros, no enredo de serem acolhidos os argumentos e ponderações lançados pela presidência do TJPB.

A AMPB defende a utilização de recursos do Fundo Especial, no “intuito de viabilizar a modernização da máquina administrativa do Poder Judiciário, no enredo de promover o adequado atendimento das novas e maiores demandas da sociedade”.

Recentemente, o CNJ, considerando a necessidade, em muitos processos, de produção de prova pericial para demonstração da procedência da pretensão posta em julho, e considerando também a necessidade de garantir o amplo acesso à justiça e à assistência

judicial gratuita às pessoas que comprovarem insuficiência de recursos, editou a resolução nº 127 (de 15 de março de 2011) regulando a matéria no âmbito da Justiça de 1^o e 2^o graus.

O texto recomenda aos tribunais que, através de rubrica específica, destinem parte de seu orçamento ao pagamento de honorários de perito, tradutor ou intérprete, quando, nos processos de natureza cível, à parte sujeito não obteve o objeto da perícia para deferir o benefício da justiça gratuita. (art. 1º da resolução nº 127). A resolução traz ainda as diretrizes a serem observadas para a regulamentação da matéria.

A AMPB resolveu, portanto, solicitar ao desembargador Abraham Lincoln, presidente do TJPB, que a resolução proposta pelo gabinete dos juizes auxiliares (contida no processo administrativo 278.410-6) seja submetida à apreciação pelo tribunal pleno conjuntamente com a resolução do CNJ, para análise, avaliação e consequente aprovação do texto.

CONSELHO**Associações Estaduais cobram atuação da AMB no Congresso e no Supremo**

Os presidentes das associações estaduais de magistrados estiveram reunidos, no dia 16 de abril, em Brasília, para solicitar à AMB que estabeleça uma estratégia de atuação para aprovação do projeto de lei nº 7749/10 que tramita no Congresso Nacional, referente à recomposição dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Na 1^ª reunião do Conselho de Representantes da AMB, formado pelos presidentes de associações estaduais e trabalhistas, ficou decidido a reunião com os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cesar Peláez; do Senado, José Sarney (PMDB-AP) e da Câmara, Marco Maia (PT-RS), juntos com os presidentes das Associações Estaduais de Magistrados. O objetivo é tratar sobre os subsídios da magistratura.

Para o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, “essa 1^ª reunião discute temas importantes para a magistratura nacional, e é esse fórum de deliberação, através dos presidentes de Associações locais e do Tribunal,

que dará uma dimensão maior a nossa entidade nacional, que é a AMB. O tema principal foi a recomposição dos subsídios, havendo posição unínea no sentido de cobrar empenho do presidente do STF e dos parlamentares na aprovação do projeto de lei”.

Além dos subsídios, foram discutidos assuntos de grande interesse dos magistrados, tais como a atuação da AMB para defender a permanência da Jurdição Eleitoral com os juizes estaduais (PEC 338/2009), aumento da participação da justiça estadual no CNJ, participação dos magistrados na atividade associativa, relacionamento da AMB com as associações locais, adicionais por Tempo de Serviço - ATS, apresentadoria aos 75 anos (PEC 16/2011), horário de funcionamento dos Tribunais, sede do próximo congresso nacional da magistratura (concorrem Santa Catarina, Rio de Janeiro, Amazonas e Rio Grande do Sul), integralidade das aposentadorias e nota da AMB, informando que no dia da paralisação da justiça federal a justiça estadual estaria funcionando normalmente.

TCE**Fundo Especial do Poder Judiciário**

No último dia 27 de abril, o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, acompanhou o julgamento de consulta formulada pelo TJPB ao Tribunal de Contas do Estado, a qual questionava a possibilidade de utilizar verbas do fundo especial do Poder Judiciário, atualmente com o saldo de R\$ 40 milhões, para construção e reforma de fóruns, uma vez que o posicionamento anterior do TCE era no sentido de utilização apenas do fundo especial para despesas de custeio.

A AMPB ingressou como interessada no processo, defendendo a utilização do fundo especial para despesas de capital (investimento), incluindo-se aquisição de equipamentos e sistemas de informática, além de construção e reformas de fóruns. O TCE decidiu que as verbas não podem ser utilizadas para construção, liberando-as para despesas com informática e reforma de fóruns. A AMPB está acompanhando o processo e aguarda a publicação do acórdão para melhor análise da questão e possíveis providências.

LUTA

AMPB vai a Brasília em defesa de reajuste dos subsídios

No dia 04 de maio, o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira, participou de café da manhã na residência oficial da câmara dos deputados, em Brasília (DF). O presidente da câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), recebeu comitiva formada por magistrados, entre eles o presidente da AMB, Nelson Calandria. A conversa girou em torno de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, sobretudo o referente à recomposição dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Deputados que integram a CCJ da Câmara, inclusive o presidente, deputado Júlio Paulo Cunha (PT-SP), também estiveram no encontro. Na ocasião, o presidente da AMPB usou de palavras para apresentar os projetos prioritários da magistratura. Calandria frisou a importância do PL nº 7749/10, que trata da recomposição das perdas inflacionárias dos subsídios dos magistrados, que se encontra em tramitação na Câmara.

Segundo o presidente da AMPB, Antônio Silveira, os presidentes de associações de magistrados de todo país participaram deste café da manhã, visando institucionalmente a favor dos direitos de seus associados. Essa é uma das



Presidente da AMPB durante reunião em Brasília

iniciativas decorrentes da decisão tomada durante reunião do Conselho de Representantes da AMPB.

"Em breve será agendada também uma reunião com o presidente do STF, ministro Cesar Peláez, no sentido de unir forças para buscar uma rápida tramitação do projeto de lei que trata das perdas inflacionárias dos subsídios", revelou o presidente da AMPB.

O representante da magistratura do Pará afirmou que a AMPB comunicará, juntamente com a ministra da justiça (AMB), de maneira imediata, com vistas a recompor os subsídios que estão sendo corrigidos pelo processo inflacionário ao longo desses anos.

Conforme determina a Constituição todos

os trabalhadores têm direito de reajustes anuais de seus vencimentos, o que não tem acontecido com a magistratura. A revisão dos subsídios dos magistrados, de acordo com as perdas inflacionárias, deveria ser anual, mas nos últimos seis anos ocorreu apenas uma correção e as perdas acumuladas da classe chegam a quase 16%.

Requerimento de urgência

Ainda em Brasília, na tarde do dia 04 de maio, o presidente da AMPB foi ao Congresso Nacional para fazer contato com os parlamentares da bancada parabana. Dentre os que receberam Antônio Silveira, estavam o senador Vital do Rêgo (vice-líder do PMDB no Senado) e o deputado federal Romero Rodrigues, ambos se comprometeram em trabalhar no sentido de aprovação do projeto de lei que trata dos subsídios da magistratura.

Silveira informou que as conversas já renderam um requerimento do deputado Romero, solicitando à presidência da Câmara a inclusão do PL 7749/2010 na pauta de votações do Plenário. O deputado justificou seu pedido afirmando que "o projeto tem como objetivo principal a remuneração dos magistrados, tendo em vista que os valores atualmente praticados ainda se reportam a janeiro de 2009, última ocasião em que sofreram modificação, mesmo assim sem que se repussem a totalidade das perdas inflacionárias".

EXEMPLO

Juiz inova com exibição de vídeos e agiliza audiências

Não é de hoje que os juizes estão arrepiando as mangas e tornando iniciativas pioneiras que visam acelerar o andamento dos processos na Justiça. Um recente exemplo no judiciário parabano é o juiz Fábio Moraes Macêdo, titular da 1ª Vara da Princesa Isabel, no sentido de estado. O magistrado, em sessões do tribunal do júri, apresenta vídeos com os depoimentos dos testemunhas, fazendo com que as audiências transcorram de maneira mais ágil.

As audiências ocorrem de maneira mais celer, vez que não há a necessidade do magistrado repetir, com as suas intervenções, o que foi dito pelos depoentes, para a parte acusada, seja digerido pelo júri. Além disso, a discussão da prova se dá de maneira mais fidedigna, possibilitando que aqueles que vierem a intervir no feito, mesmo após a instrução, possam ter as suas próprias impressões a partir dos depoimentos, sem qualquer intermediação.

Segundo Fábio, audiências que outrora

a ser realizadas, em alguns casos, em no máximo cinqüenta minutos, "contribui, ainda, para a melhor formação da convicção do julgador. Por ser um sistema de fácil utilização, nada impede que se estenda a todas as comarcas do estado", completa o magistrado.

Segundo Fábio, o procedimento é simples e não demanda maiores conhecimentos de informática. Após a captação dos vídeos, esses são gravados em dois DVDs, sendo que um deles passa a integrar os autos e o outro permanece em cartório, como cópia de segurança. A consulta aos vídeos pode ocorrer a partir de qualquer computador que dispõe de leitor de DVD, enquanto que a exibição nas sessões do tribunal juri é feita "ao somente e disponibilidade de um 'data show'".

O magistrado explica ainda que "o interrogatório do réu e demais depoimentos eventualmente colhidos durante o júri também são gravados e transmitidos em tempo real através do célio. Desse modo, os jurados podem ter melhor



Fábio Moraes é titular da comarca de Princesa Isabel

acesso à linguagem corporal dos depoentes", descreve o juiz. Tanto os promotores que estavam em audiências gravadas quanto os advogados aprovaram a iniciativa, sobretudo pela celeridade, assegura Fábio.

"Recomendo a todos os colegas a utilização desta ideia. É necessário que nós estejamos abertos às inovações tecnológicas, com o intuito maior de possibilitar a agilidade nos julgamentos, bem como para que a prova seja colhida e transmitida de modo a aproximar o julgador da verdade, seja ele o juiz singular ou o conselho de sentença", declarou Fábio Macêdo, que também elogia a iniciativa da AMPB em desenvolver e distribuir entre os juizes do Pará o programa específico para a gestão de audiências.

AMPB Notícias

XVII ENCONTRO

Justiça

Campina Grande sediará evento da magistratura paraibana

Com a perspectiva de reunir seus associados em torno de discussões que levem à melhoria do funcionamento do Poder Judiciário da Paraíba, a AMPB realizará, entre os dias 2 e 4 de junho, o encontro anual da categoria que representa.

Os debates e palestras serão em torno da atuação dos magistrados enquanto agentes transformadores da sociedade. O Encontro tem como tema central a "Modernização e Humanização da Justiça: novas tecnologias e reforma do sistema judicial brasileiro".

O evento ocorrerá em Campina Grande, no Garden Hotel, assim como foi em 2010, ano em que o encontro rendeu muitos elogios e reuniu um grande número de magistrados. O clima da Borborema também foi fundamental para o sucesso do festejo junino que a AMPB ofereceu a seus associados. O que deve se repetir agora em 2011.

XVII ENCONTRO DE MAGISTRADOS PARAIBANOS

INSCRIÇÕES

Com o objetivo melhor organizar o encontro e programar de maneira mais eficiente os eventos sociais, os associados interessados em participar terão que efetuar inscrição para acompanhar as atividades que serão desenvolvidas.

As inscrições são gratuitas e já estão abertas. Os interessados devem preencher o formulário que está disponível no site da AMPB (www.ampb.org.br). Basta informar nome, matrícula, quantidade de

apartamentos, bem como confirmar ou não participação nos eventos sociais do XVII Encontro. Ela é fundamental também para reserva de apartamentos no Garden Hotel.

Ao preencher o formulário, o magistrado terá que informar quantos apartamentos pretende reservar para se hospedar durante o evento. A reserva será efetuada através da AMPB, bem como o pagamento do pacote, que inclui 3 (três) diárias. Há opção de apartamento duplo ou triplex. Os valores da hospedagem estão disponíveis na ficha de inscrição.

Os palestrantes convidados são reconhecidos nacionalmente no meio jurídico e foram escolhidos no intuito de oferecer o que há de melhor na atualidade, promovendo informação e aperfeiçoamento a nossos associados e associadas. Veja abaixo um pouco sobre cada palestrante:

Bruno Dantas - Conselheiro do CNMP e Consultor-Geral do Senado. Membro da Comissão de Juristas que elaborou o anteprojeto do novo CPC.

Gustavo Batista - Mestre em Direito e Professor da UFPB.

João Batista Costa Saravia - Titular do Juizado Regional da Infância e da Juventude de São João del-Rei (MG). Desenvolve diversas atividades acadêmicas na América Latina e na África, por indicação do UNICEF.

Marivaldo Dantas de Araújo - Juiz de Direito do TJRN e auditor da presidência do CNJ.

Walter Fanganiello Maierovitch - Desembargador aposentado do TJSP e professor de pós-graduação em direito penal e processual penal.

Para oferecer momentos de descontração e confraternização para os participantes do XVI Encontro de Magistrados Paraibanos, a AMPB inclui o Festejo Junino da entidade na programação social do evento.

No dia 03 de junho de 2011, no Clube Campestre (Campina Grande), um jantar junino vai animar magistrados e familiares. O evento vai contar com apresentação musical de "Os Três do Nordeste" e "Aleijadinho de Pomba", oferecendo o que há de melhor da música nordestina aos associados e convidados da AMPB.

No dia 04 de junho, o Encontro encerra com um churrasco que será oferecido pela AMPB na área de lazer do Garden Hotel. Quem vai animar o evento é o cantor de forró Búlio de Campina.

Av. João Pessoa, 2732 Centro, Campina Grande, PB 58010-320

AMPB notícias

Programação completa

02 de junho (quinta-feira) 20h00min Sessão solene de abertura Palestra: Criminalidade nacional e as dificuldades do Poder Judiciário Palestrante: Wálder Fanganiello Maierovitch	Palestrante: Gustavo Batista 10h30min Palestra: O Devido Processo Legal na Infância e Juventude Palestrante: João Batista Costa Saravia	04 de junho (sábado) 11h00min Encerramento: confraternização na área de lazer do Garden Hotel Atração: Biliu de Campina
03 de junho (sexta-feira) 09h00min Palestra: Mercantilização do Sistema Penal Brasileiro	14h30min Palestra: Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) Palestrante: Marivaldo Dantas de Araújo	15h30min Palestra: Reforma do CPC Palestrante: Bruno Dantas
21h00min Festejo Junino da AMPB Local – Clube Campestre Atrações – Os Três do Nordeste e Aleijadinho de Pombal		

AMPB
Associação dos Magistrados da Paraíba

DEFESA DO ASSOCIADO

Pesquisa para analisar o judiciário paraibano

Avaliar as condições de trabalho dos magistrados paraibanos e a estrutura física das unidades judiciais do estado, essas são as principais intenções da AMPB, que realizou uma pesquisa com seus associados. Os magistrados foram questionados sobre o dia a dia do exercício da profissão, bem como sobre o funcionamento e a estrutura da unidade onde atuam. Os resultados da pesquisa 2011 serão apresentados durante o XVII Encontro de Magistrados Paraibanos.

A investigação foi desenvolvida e monitorada pela empresa "IPA".

Instituto de pesquisa de mercado e opinião, com estrutura adequada para realização de estudos qualitativos e quantitativos. As entrevistas com os magistrados foram realizadas por telefone. A coleta dos dados ocorreu entre os dias 09 de abril e 04 de maio.

Analise comparativa

Em 2009, a AMPB realizou a primeira pesquisa sobre as condições de trabalho dos magistrados da Paraíba. O resultado revelou, sobretudo, que a escassez de servidores e o acúmulo de funções dos juízes dificultavam a agilidade da Justiça

paraibana. À época, a AMPB entregou relatório sobre o resultado da pesquisa ao CNJ, que realizava inspeção no Judiciário paraibano.

Com o diagnóstico que será obtido agora em 2011, a Associação pretende comparar os resultados, verificando se a situação continua a mesma ou não. "Só o magistrado pode avaliar de maneira legítima o funcionamento da sua unidade judicial, só ele poderá contribuir para apresentar os problemas mais graves e oferecer sugestões para o aprimoramento de nosso judiciário", considera Antônio Sáveira, presidente da AMPB.

07

O parque das crianças

Juiz Cláudio Antônio de Carvalho Xavier*

Toda cidade tem sua própria beleza, sua particularidade, seu bucolismo, um tom pitoresco que a distingue das demais; e cada pessoa, por sua vez, tem os seus lugares preferidos, aqueles locais que trazem paz e dia mais prazer.

Pessoalmente, gosto de caminhar no Parque da Criança, um dos cartões postais da cidade de Campina Grande. Apaixonei-me pelo lugar, desde o primeiro momento. Tive a mesma impressão, guardadas as devidas proporções, quando visitei, pela primeira vez, com uma amiga, o Parque do Birapuera, o parque urbano mais famoso da cidade de São Paulo.

O Parque da Criança não é um lugar qualquer. Há algo de mágico nesse local destinado ao lazer e recreação de crianças e adultos. Aliás, todos os domingos, o parque é tomado de crianças de todas as idades, e não falta espaço na grama para os piqueniques, as brincadeiras, as expressões artísticas, o namoro, o descanso, o futebol, o tchí chuan, a ioga e tantas outras práticas corporais.

O contato com a natureza, bem sabemos, produz no ser humano uma sensação de tranquilidade, refúgio e intimidade com Deus. Não é só que, para viverem em harmonia com a natureza, muitas pessoas preferem morar no campo, em fazendas, casas de praia, regiões montanhosas, enfim, lugares que inspiram paz e tranquilidade. Mas não é preciso morar nas montanhas para integrar-se à natureza, é bastante procurar um parque ecológico, ou contemplar o pôr-do-sol do apartamento, ou da varanda do apartamento.

O contato com árvores, plantas e flores variadas, além de ser saudável ao ser humano, desperta sentimentos nobres, educando-o para a vida. Como diz Teresa de Ávila: "Ter plantações e paisagens é muito útil para nossa maneira de viver".

Portanto, é fundamental, no mundo contemporâneo, preservar as áreas reservadas ao verde, especialmente nas grandes metrópoles, já tão escassas de jardins, árvores frondosas, bosques e ambientes destinados ao esporte e ao lazer. Esse déficit vem se agravando com os desmatamentos das florestas e a destruição

criminosas de árvores antigas, nos centros urbanos, derrubadas, na calada da noite, muitas vezes sem necessidade.

O simples ato de plantar uma árvore, hoje em dia, em um terreno particular ou praça pública, é um gesto digno de aplausos. Preservar a natureza, mais do que um dever, é um desafio para todos. "Quem respeita o verde, respeita a vida", sinatura uma das placas colocadas no Parque.

Convém lembrar que os jardins são ótimos lugares para meditar, pois auxiliam na concentração, evitando a dispersão mental, que é um dos principais obstáculos à prática de meditação. Os jardins têm tornaram-se populares no mundo inteiro e acabaram disseminando a postura introspectiva que caracteriza os orientais. O Jardim de Ryoan-ji, no Japão, é um modelo belíssimo de jardim zen e reflete o estilo de vida das pessoas que buscam o silêncio, a paz e a serenidade; o estudo mental, que se deve atingir para despertar o amor compassivo e alcançar o nirvana (a liberação do sofrimento).

Quem passa pelo Parque da Criança desfruta não só do convívio das pessoas, mas da companhia das belas árvores plantadas no local e também das inúmeras espécies de aves que visitam o complexo. No verão, as cores das flores se acentuam com o brilho dos primeiros raios de sol, e a brisa leve espalha as folhagens das árvores. No crepúsculo da tarde, os pássaros se aninham no topo das árvores e cantam em coro, como se participassem de uma liturgia.

O pôr-do-sol também tem a sua beleza peculiar e é impossível não sentir admiração diante de tanta exuberância. Se paramos um instante, para observarmos o pôr-do-sol, poderemos experimentar uma comunhão mística com o Criador e veremos que, neste momento, como diz Ostro, em um de seus livros, "não há um observador e um observado. O observador se torna o observado". O observador se torna o observado. O observador se torna o observado.

"Folgue o campo e tudo o que nele há; regozijem-se todos as árvores de bosque, na presença do Senhor...".

Tendo a impressão de que as árvores do Parque da Criança dialogam entre si e que não se sentem isoladasumas das outras. Se

elas pudesssem refletir sobre os sentimentos humanos, nunca entenderiam a solidão. Trata-se, evidentemente, de um pensamento tolo, mas não tenho dúvida de que as árvores possuem coração e sentem compaixão pelos humanos, pois, do contrário, já teriam deixado de produzir frutos e distribuir a sombra oferecida, democraticamente, a todas as criaturas, devido aos maus erros à natureza. Quem tem um sombrio em casa, sabe bem do que estou falando. A propósito, o famoso escritor Rubem Alves escreveu, com estilo bem característico, um belíssimo texto intitulado "Sermão das Árvores", em que ele faz a seguinte afirmação: "É possível que os estoicos e Spinoza tenham se tornado filósofos tomando lições com as árvores". E arranca: "Acho que o verdadeiro, sobre São Francisco, não é que ele tenha pregado aos peixes e pássaros. A verdade é que ele ouviu o sermão das árvores. Por isso ficou tão manso, tão tranquilo".

Durante o trajeto da caminhada, uma espécie de vegetação chama atenção no parque o bambu. O bambu, como se sabe, é uma planta de cuja oca, bastante utilizada na mobília, arranjos ornamentais, arquitetônicas e artefatos utilitários. Porém, o mais interessante é que os bambus são plantas muito resistentes, pois, mesmo quando enfrentam ventos e tempestades, seus troncos não se quebram, pois, além de serem flexíveis, estão tão próximos que formam como que uma única árvore.

Gosto de observar como os bambus conseguem emergir tanto sem perderem a elegância. O bambu é um símbolo da cultura oriental e denota a interdependência entre seres e coisas. O bambu nos ensina que não somos autossuficientes, e que a humildade e a solidariedade são qualidades que devem ser cultivadas e regadas diariamente como orquídeas raras e delicadas. Aprendemos, com o bambu, que os laços se estreitam quando pomos em prática a solidariedade. E que as atividades desenvolvidas em equipe produzem maiores resultados.

Para encerrar, não posso deixar de compartilhar o que escreveu Casimiro Cunha a respeito da humildade, através da pincografia mediúnica de Chico Xavier, em Permuta de Alem-Túrida, nos seguintes versos:

"Quem tem a flor da humildade
Medrando no campo
Tem e jardim das virtudes
Do supremo perfeição".

* Juiz de Direito

PROMOÇÃO

Coordenadorias regionais discutem resolução do merecimento

Uma discussão que em breve deve ser iniciada no Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba é em torno da resolução que vai definir e regulamentar os critérios objetivos para aferição do merecimento em promoção de magistrados e acesso ao 2º Grau de jurisdição. O tema é luta associativa que vem sendo desempenhada pelas últimas gestões da AMPB, sendo objeto de muitas discussões já desenvolvidas em encontros, palestras e assembleias da categoria.

A AMPB disponibilizou em seu site o anteprojeto de resolução para promoção por merecimento de magistrados. O objetivo é incentivar os associados a se aprofundarem mais sobre o assunto e encaminharem sugestões para a Associação, que passará as observações para os membros designados para a comissão responsável pelo texto: desembargadores Arnóbio Alves Teodósio, Frederico M. da N. Coutinho e João Alves da Silva (relator).

O anteprojeto também foi avaliado em reuniões que a AMPB realizou com as Coordenadorias Regionais do Litoral, Sertão, Borborema, Alto Sertão e Brejo. A fim de colaborar com a edição deste ato normativo e zelar pela fiel observância dos critérios objetivos visados, a AMPB solicita aos magistrados que enviem sugestões para o e-mail ampb@mpb.org.br. Tais observações serão apresentadas pela AMPB por ocasião das discussões que serão realizadas no Pleno do TJPB. "Já recebemos algumas sugestões dos colegas e ainda estamos esperando por mais colaboração de nossos juízes e



A AMPB foi a cada região do estado para discutir com os seus associados um dos temas mais relevantes para a classe

juizas", avisa o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira.

Para Silveira, é valiosa essa ampla discussão acerca de critérios de promoção por merecimento, "posto que é necessário, sem dúvida, obter-se uma postura correta e justa para ascender entre as eranças", afirmou. "O mérito é fundamental para a progressão dos juizes na carreira", completa o juiz.

A AMPB acredita que a participação dos juízes com sugestões para a resolução deve fortificar a categoria. Segundo a Entidade, a falta de transparência nos processos de promoção dentro da magistratura pode muitas vezes desestimular bons profissionais.

Na esteira de ver critérios objetivos

sendo aplicados no âmbito da magistratura e consolidando o princípio da imprecisão, a AMPB já obteve êxito com a aplicação pelo TJPB no que tange aos quinze sucessivos, uma grande conquista para a magistratura paraibana.

Assim, respaldado pelas inúmeras proposições feitas por nossa associação e pelos atos normativos editados pelo CNJ, o TJPB atentou para a importância da elaboração de resolução que observe os critérios objetivos para promoções e remoções por merecimento, resultando em um anteprojeto de resolução, apresentado no mês de dezembro de 2010.

BALANÇO

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAÍBA - AMPB Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2010 e 26/02/2011					
ATIVOS	R\$ 1,00				
	31/12/10	26/02/11			
Ativos Circulantes:					
Caixa e tesouro	544	458.998			
Poupança - Banco do Brasil/Bio Real	134.487	181.430			
Contas a receber	142.671	152.211			
Outros ativos correntes	1.480	2.988			
Ativos correntes totais	279.362	796.627			
Ativos Fixos:					
Imóveis	1.141.158	1.141.158			
Móveis e Utensílios	178.343	179.415			
Veículos	36.990	36.990			
Imobilizações em andamento:	0				
Sistemas de Automação	10.300	225.633			
(+) Depreciação Acumuladas	(69.243)	(81.399)			
Ativos fixos totais	1.297.548	1.287.264			
ATIVOS TOTAIS	1.576.910	2.083.891			
PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO					
	R\$ 1,00				
Passivo circulante:					
Contas a pagar	52.606	533.164			
Obrigações sociais/tributárias	391	434			
Passivo circulante total	52.997	533.598			
Passivos totais	52.997	533.598			
Patrimônio Social	15.314	15.314			
Supervit acumulado	1.508.819	1.534.579			
Patrimônio Líquido Social total	1.523.333	1.550.293			
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL TOTAIS	1.526.936	1.583.891			
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAÍBA - AMPB Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos Para o período de 1º janeiro/2010 a 28 de fevereiro de 2011					
I - ORIGENS DE RECURSOS	R\$ 1,00				
1. Superávit do Exercício	29.360				
(+) Valor depreciação	12.156				
(+) Previsão para Fazenda	0				
(+) Ajuste de exercícios anteriores	(6.000)				
SOMA:	29.516				
# - APLICAÇÕES DE RECURSOS					
2. Aquisição de Veículo	0				
3. Aquisição/Construção de imóveis	0				
4. Sistemas audiência	800				
5. Móveis e utensílios	1.072				
SOMA:	1.872				
III - AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE (I - II)	27.644				
IV - VARIAÇÕES NOS COMPONENTES DO CAPITAL CIRCULANTE					
Concorrente	ap. inicial	ap. final	variação		
Ativo Circulante	279.362	796.627	517.265		
Passivo Circulante	52.997	533.598	480.601		
Capital Circulante	226.365	263.029	36.664		
QUADRO: ATIVOS PERMANENTES/DEPRECIAÇÃO					
Descrição/Costa	Taxa depreciação an. 400	(a) Saldo no período	(b) Aquisição no período	(c) Depreciação no período	(d) Ativos permanentes líquidos (a+b-c+d) Saldo em 28.02.2011
Eduficições	4%	1.097.526	0	7.606	1.089.920
Móveis e utensílios	10%	156.341	1.072	2.830	154.503
Computadores e sistemas	20%	54.077	850	485	54.042
Veículos	20%	29.592	0	1.232	28.359
TOTAL:		1.297.548	1.872	12.156	1.287.264

Demonstração do fluxo de caixa para o período de 1º janeiro/2011 a 28 de fevereiro de 2011

FLUXOS DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	R\$ 1,00
Entradas de caixa referentes a recebimentos e pagamentos:	
Receitas	202.946
Menos variação em contas a receber	(9.340)
Entradas de caixa	193.606
Menos variação em contas a pagar	480.558
Saídas de caixa	480.558
Outras saídas de caixa decorrentes das operações:	
Despesas de pessoal	(41.026)
Despesas AMBIAN/AMAGES/AMAL/ME	(39.246)
Despesas com administração	(62.521)
Despesas financeiras	(891)
Despesas com manutenção	(20.792)
Total de saídas de caixa decorrentes das operações	(164.430)
Saídas de caixa referentes a pagamentos de impostos:	
Menos variação em impostos acumulados	43
Entradas Ajuda pertinente ao exercício social anterior	0
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS OPERAÇÕES	509.777
FLUXOS DE CAIXA - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de ativos fixos	(1.872)
Poupança - Banco do Brasil/Bio Real	(46.943)
Variação de outros ativos circulantes	(1.508)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO EM INVESTIMENTOS	(50.323)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO FLUXO DE CAIXA	459.454

Demonstração do Superávit do Exercício de 1º/01/2011 a 28/02/2011

RECEITAS	R\$ 1,00
Receitas de Mensalidades	106.382
Receitas Parâmetros	3.715
Outras Receitas/Dações	2.849
Total das Receitas:	202.946
DESPESAS	
Despesas de pessoal	41.026
Despesas AMBIAN/AMAGES/AMAL/ME	39.246
Despesas com administração	62.521
Despesas de manutenção	20.792
Depreciações	12.156
Despesas financeiras	891
Total das Despesas:	176.566
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	26.380
Variação do superávit retido no balanço patrimonial	26.380

Notas:
1 - A documentação pertinente à essa demonstração encontra-se a disposição dos associados na sede da AMPB.
2 - Existem outras operações financeiras, registradas na demonstração econômica-financeira da AMPB no bimestre de janeiro/fevereiro de 2011.
3 - As entradas geradoras de receitas e despesas foram divergidas no extrato da AMPB.
4 - O resultado econômico no período apresentou um superávit de R\$ 459.454.
5 - A depreciação contabilizada na despesa foi de R\$ 12.156.
6 - A documentação sobre a demonstração de origem, aplicação de recursos (DOAR) foram investidos no período o valor de R\$ 1.872.

Confabul (PES), 08 de abril de 2011.
Dr. Júlio Henrique Torres Fernandes - Tesoureiro
Hélio Roberto dos Santos Vilas - CT CIRCBP 003042-CO

- 03 Edvan Rodrigues Alexandre
05 Renato Barros de Assunção
07 Higia Antônia Porto Barreto
08 Clara de Faria Queiroz
10 Wânia Farias Ximenes (pensionista)
09 Adriana Barreto Lôssio de Souza
09 Raíff Fernandes de C. Júnior
10 Fábio Andrade de Souza Queiroz
10 Eronaldo José Pereira
11 Amaury Ribeiro de Barros
12 José Hermano Guerra
14 José Bonifácio Lima Lobo
14 Arnélio Alves Teodósio
15 João Jorge de Medeiros Tejo
19 Vanessa Andrade Dantas
21 Gilberto Roim de Moura
21 Octavie Pereira Batista
23 Boanerges Chaves Maia
23 Ana Carmen Pereira Jordão
25 Maria dos Remédios P. Pedrota Sarmento
26 Rita de Cássia Martins Andrade
26 João Antônio de Moura
26 Ana Amélia Andrade Alecrim Cimara
28 Magnóliedes Ribeiro Cardoso
28 Elo de Almeida Santa Cruz
30 Mário Lucio Costa de Araújo
31 Marcos Antônio Souto Maior

- 04 Alexandre José G. Trineto
05 Terezinha de Jesus Lyra Caju (pensionista)
04 William de Souza Fragoso
07 Cláudio Pinto Lopes
07 Marcus Benjamin Soares
10 Crisilda Machado Cordeiro (pensionista)
11 Maria da Luz Florentino e Oliveira
(pensionista)
10 Severino Batista do Nascimento
10 Melesé Medeiros de Melo
10 Manoel Gonçalves D. de Abrahão
12 Carmem Azevedo da Silveira (pensionista)
11 Ana Christina Soares Perazzi Coelho
14 Shirley Abrantes M. Régis
15 Geraldo Paulino da Costa
15 Gabriela de Britto L. Letião Nóbrega
16 Maria de Fátima Lúcia Ramalho
16 Nilo Luiz Ramalho Vieira
17 José Herbert Luna Lisboa
21 Vanderlei de V. Neves (pensionista)
23 Wilson Bezerra da Nóbrega
23 Marcos William de Oliveira
25 João Benedito da Silva
27 Gustavo Pessoa T. de Lyra
27 Sérgio Moraes Martins
27 João Batista Barbosa
28 Giovanna Leite L. Lisboa Lucena
29 Marco Aurélio Pereira Jatobá

Cultura

Premiação

"Justiça e inclusão social" bem como "Combate ao crime organizado" são os temas da oitava edição do Prêmio Innovare. O prazo para inscrições encerra em 31 de maio de 2011, prorrogável a critério da Diretoria. As práticas deverão ser apresentadas exclusivamente por meio de ficha eletrônica disponibilizada no site www.prêmioinnovare.com.br.

Mulher

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (08 de março) a AMPB publicou no Jornal da Paraíba, em caderno especial em homenagem à data, uma nota parabenizando as magistradas que compõem o Judiciário paraibano. A entidade lembrou a juiza Helena Alves de Souza, primeira mulher a ingressar na magistratura paraibana, no ano de 1957.

Segurança

Através da Portaria nº 756/2011 (13 de abril), o presidente do TJPB, desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, designou magistrados para constituir a Comissão de Segurança do Poder Judiciário da Paraíba, na forma da Resolução nº 104 do CNJ, de 6 de abril de 2010. Além do presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba, juiz Antônio Silveira Neto, compõem a comissão o desembargador João Benedito da Silva (presidente da comissão) e o juiz Carlos Martins Beltrão Filho.

Mãe

A AMPB parabeniza todas as mães magistradas pela passagem do dia em homenagem a essas mulheres que são exemplo de amor e dedicação na vida profissional e pessoal.

CONVÊNIO

Caixa e Bentec oferecem vantagens aos associados da AMPB

A AMPB firmou novos convênios, no sentido de oferecer benefícios aos seus associados nos mais diferenciados setores do mercado. Veja abaixo vantagens oferecidas pela Caixa Econômica Federal e pela Bentec.

Caixa: a instituição bancária vai prestar apoio creditício aos magistrados através de financiamento para utilização de forma livre, com garantia real imobiliária. A minuta de convênio AMPB/Caixa está disponível no site www.ampb.org.br.

Bentec: empresa que oferece móveis modulares de design arrojado, alinhados a concepções estéticas inovadoras e altamente eficazes em sua funcionalidade.

De acordo com a parceria, as lojas Bentec de João Pessoa e de Campina Grande vão oferecer desconto de 30% (trinta por cento), para pagamento à vista, na compra de móveis planejados, sendo gratuito o projeto com o arquiteto.

Em João Pessoa, a Bentec fica na Av. Epitácio Pessoa, 3138 - Tambauzinho. Fone: (83) 3244-1131 - E-mail: bentecip@hotmail.com. Contato: Philip ou Orlando, já em Campina Grande, a Bentec fica na Rua João Florentino de Carvalho 117 - Centro - Aquele Velho. Fone: (83) 3322-2138 E-mail: benteccg@hotmail.com. Contato: Vanessa.

Todos os direitos reservados - Fone: (83) 3211-0880 - www.ampb.org.br - ISSN: 1989-0006

CULTURA

PALAVRA CERTA
João TRINDADE

EMPREGO DO INFINITIVO

São inúmeros os leitores que nos pedem uma coluna sobre o emprego do infinitivo, um dos assuntos mais controversos da Língua Portuguesa. Tratemos, então, do assunto.

Há dois tipos de infinitivo: impersonal e pessoal. O primeiro não tem pessoa, por isso não flexiona, é invariável. O segundo tem pessoa e se flexiona. Exemplos respectivos:

- "Amar é sofrer".
- "É preciso seres forte".

De muita importância é o **EMPREGO DO INFINITIVO**. As regras não são rígidas, mas cabem algumas orientações:

- 1) Quando o infinitivo não se refere a nenhum sujeito. Ex: "É proibido fumar".
- 2) Nas locuções verbais. Ex: Vamos ganhar o jogo.
- 3) Quando o infinitivo exerce a função de complemento de adjetivo. Ex: São questões fáceis de resolver.
- 4) Quando o sujeito do infinitivo é um pronome oblíquo ativo. Ex: Mandei-os sair da sala.
- 5) Quando o infinitivo tem valor de imperativo. Ex: "Deus responde – 'Marcha'!" (C. Alves).

Emprega-se o infinitivo flexionado (pessoal):

- 1) Quando o sujeito do infinitivo é diferente do sujeito da oração principal. Ex: O reclamante afirmou **aquecer** aqueles bens impróprios.
- 2) Quando, por meio de flexão, pretende-se **realçar ou identificar** a pessoa do sujeito. Ex: Foi uma grosseria **fazer** desse modo com a moça.
- 3) Quando se quer **indeterminar** o sujeito. Nesse caso, flexiona-se o infinitivo na 3ª pessoa do plural. Ex: Ouvi **baterem** à porta.

É bom repetir que as regras relativas ao infinitivo não são rígidas. Trata-se mais de uma questão estilística do que gramatical.

AMPB Notícias

Chicago
O que vale é o show

Os musicais clássicos, em geral, giravam em torno dos próprios artistas e o tom era o da comédia romântica (nada contra, muito pelo contrário: alguns dos melhores filmes já feitos no gênero seguem essa estória). Chicago (2003), que faturou o Oscar de melhor filme, até tem artistas ou aspirantes ao palco como protagonistas, mas é bem diferente: ce passa a maior parte em uma prisão e gira em torno de artimanhas em busca de capitalizar a fama resultado de um escândalo e escapar da pena de morte no julgamento que virá.

Chicago se passa na chamada era do jazz – os anos 1920. O filme é a adaptação de um famoso musical de Broadway dirigido por Bob Fosse, onde a vedete Velma Kelly é presa por ter matado a irmã – que tinha um caso com seu marido – e Roxie Hart também vai para a cadeia – por ter matado o seu amante, que prometeu os holofotes a ela para terem um casal, mas mentiu. As duas se encontram na prisão e entram em uma competição ferrenha pelas notícias nos jornais, além das ações do advogado Billy Flynn, que sabe muito bem como as livrar da cadeira elétrica – desde que muito bem pago, claro.

"Não pergunte se elas é inocente. Só fiz uma pergunta: você tem cinco mil dólares", diz o personagem de Richard Gere ao marido de Roxie. Ela é interpretada por Renée Zellweger e Velma, por Catherine Zeta-Jones. Roxie vira a queridinha da imprensa por causa da fantasia que Flynn cria para defendê-la: a de que ela é uma coitadinha vítima de seu tempo, da mistura de jazz e álcool. Os numeros musicais são, em sua maior parte, delírios de Roxie e metáforas do que o filme conta.

O caso da cena da coletiva de imprensa, onde Roxie aparece como um boneco de ventríloquo no colo de Flynn e os jornalistas como marionetes. E a cena do julgamento, como praticamente um grande circo de circo onde o advogado é o seu show para iludir todo mundo. O que vale é o show.

Livros

Sociedade de Risco: Rumo a uma Outra Modernidade, Autor: Ulrich Beck, um dos principais sociólogos alemães, interpreta nesta obra a tensão entre capitalismo e desenvolvimento tecnológico. A ideia central do livro é a de que vivemos hoje um momento de ruptura no interior da própria modernidade - ruptura semelhante àquela que a modernização acarretou para as práticas feudais, provocando o surgimento da civilização industrial. Já a presente ruptura não implica o fim, mas antes uma reconfiguração da sociedade moderna, que assume novos contornos e se transforma no que o autor denomina "sociedade (industrial) de risco".

Encontro

VII Encontro de Magistrados Paribanos – 2, 3 e 4 de junho de 2011, no Garden Hotel, em Campina Grande.

Festejo junino AMPB – 3 de junho de 2011, às 21 horas, no Clube Campestre, em Campina Grande.

Reprodução: AMPB | 2011 | Edição Impresora | Páginas Color | 27 | ISSN 1519-1003 | CP 38131-00